
Aspectos finais da metodologia adotada na pesquisa sobre a imbricação da comunicação com o mundo do trabalho das pessoas com deficiência motora¹²

Jamir KINOSHITA³

Universidade de São Paulo/Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT),
São Paulo, SP

RESUMO

Apresentamos novo recorte da investigação iniciada em 2020, durante a pandemia de Covid-19, e que encerra agora em fevereiro do ano que vem. O objetivo é apresentar os últimos percursos metodológicos que vêm sendo percorridos ao longo de 2023, fornecendo um breve panorama do que já foi realizado. A pesquisa, que trata das relações de comunicação no mundo do trabalho das pessoas com deficiência motora pela perspectiva da ontologia do ser social, busca mostrar como a articulação desse binômio pode contribuir para a acessibilidade e a inclusão social desse público. Nesse contexto, ela representou um prazeroso desafio teórico-metodológico por possibilitar articular conceitos de diversas correntes de conhecimento, além de permitir a realização de uma triangulação empírica na construção do objeto de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: pessoas com deficiência motora; metodologia de pesquisa; comunicação; mundo do trabalho; acessibilidade e inclusão social.

Introdução

O presente artigo representa um novo recorte relacionado à pesquisa de doutorado iniciada em 2020, pouco tempo antes da chegada da pandemia de Covid-19 ao Brasil e da consequente adoção do distanciamento social como uma das medidas profiláticas para se evitar o contágio da doença. Assim, desta vez, pretendemos apresentar um panorama da organização dos aspectos finais relativos à metodologia da investigação, que tem por objetivo mostrar a imbricação da comunicação no mundo do trabalho (FÍGARO, 2001; 2008) das pessoas com deficiência (PcD) motora pela perspectiva da ontologia do ser social (LUKÁCS, 2012).

A hipótese central que sustentamos é a de que o discurso neoliberal (HARVEY, 2008), enviesado intencionalmente pela lógica do empreendedorismo (BRÖCKLING,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Trabalho, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

³ Doutorando e mestre em Ciências da Comunicação e pós-graduado *lato sensu* em Gestão de Processos Comunicacionais pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), email: jamir.kinoshita@usp.br.

2015; DARDOT; LAVAL, 2016; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; EHRENBORG, 2010; HAN, 2017), serve como pretensa justificativa às noções de acessibilidade e de inclusão social dos trabalhadores que são PcD motora.

Dessa maneira, ao abarcar as relações de comunicação e de trabalho por uma reflexão teórica cuja visada tem como cerne a constituição do ser humano, pode-se afirmar que nosso estudo se filia ao rol de temas – coletivos e individuais – investigados no âmbito do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT).⁴

Por sinal, a discussão pautada nas pessoas com deficiência motora traz um caráter inédito dentro das pesquisas desenvolvidas pelo grupo científico. Da mesma forma, revisão bibliográfica realizada previamente apontou a originalidade do assunto, uma vez que não localizamos estudos feitos com esse público a partir do binômio comunicação e mundo do trabalho.

Pelo fato de envolver seres humanos, que além de tudo são PcD, tivemos o cuidado, logo no começo do doutorado, de submeter nossa investigação ao sistema da Plataforma Brasil⁵, cujo registro está catalogado sob o nº 4.5201521.7.0000.5390. Para tanto, tivemos de obter parecer favorável, emitido sob o nº 4.709.510, do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP. Isso significa que seguimos todas as recomendações e os requisitos do Conselho Nacional de Saúde, cumprindo os preceitos estabelecidos na Resolução 510/2016 relacionada à ética em pesquisa com seres humanos.

É preciso mencionar que a pesquisa em andamento surgiu de um contexto particular do próprio pesquisador, que é uma PcD motora com mobilidade reduzida permanente, devido a um quadro de seqüela de displasia de desenvolvimento do quadril direito.⁶ Aliás, durante muito tempo, optamos, inclusive, por tornar invisível esta condição corpórea, tanto em âmbito pessoal quanto, principalmente, na esfera profissional. Devido ao fato de não tratar do foco deste artigo, não discorreremos a

⁴ O CPCT, coordenado pela Profª Dra. Roseli Fíguro, é credenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado à Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Desde 2003 realiza estudos sobre o binômio comunicação e trabalho, reunindo professores, doutorandos, mestrandos e bolsistas de iniciação científica. Mais informações em www.comunicacaoetrabalho.eca.usp.br.

⁵ Informações institucionais a respeito da Plataforma Brasil podem ser obtidas em <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf;jsessionid=DFC6429A561FABC886E7BE8A28965556.ser-ver-plataformabrasil-srvjpdf130>.

⁶ A displasia, que é a má-formação de um tecido ou órgão do corpo humano, resultou em um encurtamento da perna direita em comparação à esquerda. A menção ao termo permanente ocorre porque a limitação de movimento pode estar associada à faixa etária ou a um comprometimento momentâneo, o que não é o nosso caso.

respeito da invisibilidade mencionada. Ao que nos interessa, reiteramos que apresentaremos o *status* final em que se encontra o referido estudo.

Primeiras articulações metodológicas

De imediato, com a adoção do distanciamento social como forma de se evitar a propagação da Covid-19, nossa investigação se viu obrigada a um reordenamento empírico, face à ideia que havíamos pensado originalmente, que era empreender observações de campo (FERNANDES, 1972; FLICK, 2008; POUPART *et al.*, 2008) para se conseguir o *constructo* das PcD motora que trabalham.

A mudança de rota nos mostrou que o estudo a ser promovido teria um caráter exploratório (GIL, 2008; BONIN, 2008), no qual “[...] conceitos, técnicas científicas e hipóteses sejam devidamente pensados e avaliados, de maneira a se alcançar um montante de reflexões que venham a colaborar na apuração dos resultados coletados [...]” (KINOSHITA, 2021, p. 3).

Dessa maneira, duas decisões que tomamos para começar nossa empreitada foram a sistematização de estatísticas oficiais vinculadas às PcD e, especificamente, às PcD motora no país e a procura por aportes teóricos que nos permitissem compreender e fundamentar, para além das relações de comunicação e trabalho, as situações vivenciadas pelos trabalhadores que são pessoas com deficiência motora.

Nesse sentido, a primeira opção citada apontou a dificuldade de se dispor de dados uniformes sobre o tema, como a quantidade de PcD e PcD motora no Brasil. Chegamos a essa conclusão ao analisar o Censo 2010 e outras pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresentavam indicadores conflitantes entre si. Tal inconsistência nos guiou a irmos atrás das pesquisas governamentais que retratam, de alguma forma, esse público.

Com isso, avaliamos as perguntas e as instruções relativas às interpretações das respostas desses estudos, de forma a entender a diferença de números obtidos em levantamentos que usavam, aliás, a mesma base de dados.⁷ Isso nos induziu a traçar uma breve linha do tempo jurídica, em termos globais e no Brasil, para avaliarmos como a criação de leis se traduziu na incorporação de direitos para as PcD, sempre tendo o olhar

⁷ Abordamos essa questão em comunicação anterior, apresentada no 44º XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-cc/jamir-kinoshita.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

voltado ao mundo do trabalho, algo que se demonstrou de enorme valia no que tange à compreensão dos sentidos que abarcam o conceito de deficiência ao longo do tempo.⁸

Arcabouços teóricos sobre a deficiência

É relevante apontar que a análise feita das pesquisas governamentais e do ordenamento jurídico sobre a deficiência nos ajudou a compreender a designação adequada do termo quando aplicado às pessoas. Passando à segunda decisão adotada, destacamos que ela se refletiu no acúmulo de aportes teóricos que nos permitiram (têm permitido) fundamentar, com maior propriedade, o que é ser uma pessoa com deficiência motora, fugindo assim de uma visão biomédica.⁹

Abandonar esse modelo sistêmico, que perdurou por um longo período e ainda se acha incrustado no imaginário social, significa o esforço epistemológico para não encarar a deficiência pelo espectro da anormalidade ou como uma doença do corpo, que se traduz nas características/desvantagens naturais desse ser humano. Faz-se importante evidenciar que submergir a essa leitura equivocada é institucionalizar a PcD em uma falsa lógica de proteção e reforçar uma percepção ambígua delas, que oscila entre a superação e a sensação de déficit, como um grupo incapacitado ao trabalho e à vida independente (CAVALCANTE, 2003).

Nesse contexto, destacamos os conceitos trazidos pelo *design* centrado no usuário, que colaboram na percepção de saber quem são as pessoas com deficiência motora que trabalham. Ao colocar o sujeito como foco da ação projetual, essa linha teórica busca entender quem é o indivíduo, em sua plenitude, que tem de estar no centro do processo produtivo. Assim é possível adotar soluções inovadoras aos problemas detectados no dia a dia, sem configurar uma concepção meramente utilitarista (DANTAS, 2014), ainda mais em se tratando de PcD.

Existe, portanto, nessa corrente uma intencionalidade que fica à mostra pelo fato de que as pesquisas para a elaboração de um produto ou serviço necessitam ser baseadas em pessoas reais, de modo a obter uma situação o mais factual possível. É aí que entra a aplicabilidade funcional do *design*, como demonstra a autora, já que as pessoas

⁸ Uma análise aprofundada e atual de como o ordenamento jurídico aborda historicamente a situação das PcD pode ser conferida na obra **Direitos humanos das pessoas com deficiência** – História no Brasil e em Portugal, de autoria do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Cláudio Mascarenhas Brandão.

⁹ A biomedicina se pauta nas ciências naturais e tenta colocá-las em prática. Refere-se ainda ao campo da Biologia especializado na análise morfológica e fisiológica da espécie humana.

incorporam no cotidiano os mais diversos produtos e serviços, os quais acabam por conferir sentido às suas vidas, chegando em alguns casos até mesmo a ressignificá-las.

O *design* centrado no usuário situa o sujeito como um ator social e pressupõe um pensamento holístico. A integração de abordagens orientadas para a tecnologia, para o sujeito e para a sustentabilidade pode ser considerada como uma visão de concepção capaz de promover uma melhoria real na qualidade de vida das pessoas individualmente ou no seu contexto social, respondendo plenamente às questões éticas e de responsabilidade social. Parece-nos importante salientar que uma visão humanista do *design* é essencial para que este adquira o estatuto de disciplina "de existência", deixando de ser uma disciplina "de aparência". (DANTAS, 2014, p. 58, com tradução nossa)

Essa visada nos fez refletir, agora na fase da redação da tese, na necessidade de estratificar adequadamente a concepção de mundo e sobre as pessoas, o que parte de uma inferência particular, nada objetiva. Afinal, não fazemos o registro do "[...] nosso ambiente social tal como uma máquina fotográfica, mas sim o vemos através da distorção decorrente de nossas idiossincrasias pessoais." (RODRIGUES, 2005, p. 27). Nesse ponto, nada heurístico por sinal, convém ter bem definidos conceitos como o de estereótipos.

Considerado um alicerce que serve para a tomada de decisões, eles são algo que não percebemos e que nos fornecem uma dimensão de mundo sem a necessidade de comprovação (LIPPMANN, 1980). Ao não sofrerem questionamentos, deixando de lado uma abordagem crítica, está posto o risco iminente de se ter um posicionamento sobre o cotidiano totalmente distorcido da realidade (BOSI, 1997), o que é um passo para se reproduzir um arquétipo preconceituoso no ambiente social.

Os preconceitos [...] são obra da própria integração social (por exemplo, da nação ou da camada, mas sobretudo da classe) que experimenta suas reais possibilidades de movimento mediante ideias e ideologias isentas de preconceitos. [...] servem para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada. [...] todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo. (HELLER, 2000, p. 53; 59)

Quando imputados às PcD motora, tais formulações corroboram para categorizá-las a partir de atributos tidos como comuns e até mesmo naturais na sociedade. Assim, está aberto o caminho para o estigma, que se refere a um "[...] atributo profundamente depreciativo [...]", sendo "[...] um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo [...]"

(GOFFMAN, 1988, p. 13), que acaba por opor os indivíduos considerados normais dos que são classificados como estigmatizados.

O autor (p. 149) pondera que para mais do que referenciar pessoas, os termos normal e estigmatizado simbolizam “[...] perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro.” Esse apontamento nos leva à discussão sobre o que é ter um corpo “normal”, desprovido de deficiências.

O normal não é um conceito estático ou pacífico, e sim um conceito dinâmico e polêmico. [...] Quando se sabe que *norma* é a palavra latina que quer dizer esquadro e que *normalis* significa perpendicular, sabe-se praticamente tudo o que é preciso saber sobre o terreno de origem dos termos norma e normal, trazidos para uma grande variedade de outros campos. Uma norma, uma regra, é aquilo que serve para retificar, por de pé, endireitar. “Normar”, normalizar, é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, ainda mais que estranho. Conceito polêmico, realmente, esse conceito que qualifica negativamente o setor do dado que não cabe na sua extensão, embora dependa de sua compreensão. O conceito de direito, conforme esteja aplicado ao campo da geometria, da moral ou da técnica, qualifica respectivamente como torto, tortuoso ou canhestro tudo o que resiste à aplicação do referido conceito. (CANGUILHEM, 2014, p. 189)

Portanto, é na maneira com que lidamos e, especialmente, articulamos dialeticamente esses elementos – estereótipos, preconceitos, estigma e normalidade – que conseguimos enfrentar a lógica do capacitismo.¹⁰ Obviamente que a tarefa não é nada fácil, mas essencial para se contextualizar, inclusive, de modo mais assertivo, o mundo do trabalho das PcD motora.

O corpo que trabalha

Partindo do princípio de que o trabalho é quem confere a identidade e o reconhecimento social ao ser humano, faz-se necessário entender que corpo é este, então, com deficiência, que desenvolve uma atividade de trabalho. Para tanto, tomando como base princípios da saúde coletiva, ratifica-se a alteridade como epicentro de uma

¹⁰ O capacitismo é simbolizado por qualquer atitude de discriminação ou que denote preconceito quanto às PcD. Isso ocorre, inclusive de maneira até banal e inconsciente, ao se usar termos e expressões de tom pejorativo, os quais incutem a noção de inferioridade a esse público.

corporeidade, que é o reflexo simbólico das ações que envolvem o corpo, em cujo dia a dia prevalece a luta de classes (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002).

Assim, o corpo não deve ser provido como um dado natural, ainda mais em se tratando de PcD motora, por estar atrelado a uma classificação social e comportamental. Isso nos leva a refletir sobre as singularidades que evocam a existência das pessoas, cujos impactos aludem à concepção corporal (MAUSS, 2003).

Logo, pensar no que simboliza o corpo é estipular dois parâmetros: o de que estamos adentrando em um terreno de disputas de identidades pessoais e o de preservação das identidades históricas. Tem-se, pois, que esse corpo significa um desafio para que nos engajemos ao momento histórico em que nos situamos (VALE DE ALMEIDA, 2004).

Por isso é que se reforça a noção corpórea como o meio de se viver a singularidade da existência humana. Até porque, como pondera o autor (p. 53), não se deve esquecer de que “[...] pessoa e corpo não são prisioneiros de uma determinação social absoluta.” Desse modo, “[...] o corpo é ao mesmo tempo a ferramenta original com que os humanos moldam o seu mundo e a substância original a partir da qual o mundo humano é moldado.” (p. 52). Esse perfilamento auxilia a entender os sentidos da exclusão que se fazem presentes junto às PcD.

O corpo simboliza um modo de ser e de estar no mundo, cuja práxis mostra que “[...] os indivíduos se produzem e definem como agentes e pessoas, sujeitos e objectos, reproduzindo, nesse processo, os seus corpos e o seu mundo social.” (HEGEL, 1991, p. 65). Sendo um espaço de lutas, o corpo ganha forma, identidade e reconhecimento por meio do trabalho, que é o que constitui as formas de sociabilidade.

Daí que a atividade de trabalho “[...] revela que é no próprio corpo que reside a inteligência do mundo e que é, antes de tudo pelo seu corpo que o sujeito investe no mundo para fazê-lo seu, para habitá-lo.” (DEJOURS, 2004, p. 29). É essa conscientização que pode fazer com que as PcD motora não caiam em uma alienação promovida pela esfinge neoliberal, que camufla as inconsistências do seu mundo do trabalho pelo prisma da acessibilidade e da inclusão social.

O viés neoliberal do trabalho da PcD motora como empreendedora de si

Não nos proporemos aqui a detalhar a concepção que sustentamos a respeito do mundo do trabalho. Para o que nos interessa, nossos pressupostos e formulações estão

assentados na perspectiva marxista (MARX, 1985; MARX; ENGELS, 2007; 2010; ANTUNES, 2001), sempre tendo por pilar a ontologia do ser social (LUKÁCS, 2012).

Dessa forma, saltamos para a problematização acerca de como o neoliberalismo se apossa da esfera laboral, ressignificando, com o discurso do empreendedorismo, a noção de acessibilidade e de inclusão social das PcD motora, que é a hipótese central de nossa pesquisa. Como parâmetro, entendemos essa lógica pelo seguinte primado:

[...] o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. [...] O processo de neoliberalização [...] envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais [...], mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. (HARVEY, 2008, p. 13)

É justamente este enunciado neoliberal que é incorporado e reverberado pelas pessoas, ganhando capilaridade em diversos estratos sociais e se transfigurando em um estilo de vida. Nessa órbita se destaca a ideia da gestão empresarial, enviesada pela empregabilidade, que abarca temas como a descentralização, a meritocracia e a administração por metas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Criam-se, assim, novos formatos de engajamento e de aspirações pessoais, em que são profetizadas a apologia da mudança, do correr riscos na carreira e, especialmente, a possibilidade de uma maior e mais rápida ascensão profissional. Para isso, o trabalhador precisa ser criativo e ter a devida flexibilidade em relação ao serviço, o que inclui a assimilação de que a perda do emprego é um ônus ocasionado sempre pelo funcionário. Daí que para se imaginar (e considerar) empresário basta querer; trata-se apenas de uma mera questão de ativismo por parte do profissional (BRÖCKLING, 2015).

É nesse terreno que emerge a figura do empreendedor como princípio de conduta mais fundamental à vigência e ao vigor do capital. Tem-se, portanto, um sujeito empresarial, representado por qualquer indivíduo que tenha potencial (e disposição) para “subir na vida”, algo essencial à ordem econômica.

[...] é na figura do empreendedor e no desenvolvimento, ao mesmo tempo recente e rápido dos modos de ação empreendedores, que o heroísmo encontra sua forma dominante. O empreendedor foi erigido como modelo da vida heroica porque ele resume um estilo de vida que põe no comando

a tomada de riscos numa sociedade que faz da concorrência interindividual uma justa competição. (EHRENBERG, 2010, p. 13)

Essa proposição ajuda a entender a saga da pessoa comum, que se baseia na coragem para ultrapassar as condições materiais adversas como se fossem obstáculos contidos em uma prova de atletismo. A associação à competição não é à-toa, já que isso pressupõe que as desigualdades são justas e que cabe ao atleta menos preparado se esforçar para tentar se equiparar aos demais. Assim, há todo um condicionamento para se superar as barreiras pelo mérito pessoal.

Forja-se, desse modo, um indivíduo responsável por si mesmo, transformado em um herói pela mitologia do esporte. O mais significativo é que este herói é alguém da classe trabalhadora, um mero mortal, o que comprova que com esforço e dedicação é possível vencer na vida. Ou seja, a empresa de si mesmo é uma entidade psicológica, social e espiritual, encravada nas relações sociais, representando a maximização do processo da valorização do eu (DARDOT; LAVAL, 2016).

A apologia à superação das dificuldades na esfera do trabalho é um desafio a ser enfrentado no que tange às pessoas com deficiência motora para que o debate da acessibilidade e da inclusão social não seja invisibilizado pelo esteio neoliberal a partir de uma óptica totalmente galgada no empreendedorismo.

É assim que a deficiência e a precariedade se juntam. As pessoas identificadas como diferentes, além de serem mais propensas a encontrar oportunidades de vida restritas a opções precárias, também são mais propensas a ser pressionadas nesse sentido. (STANDING, 2013, p. 137)

Para trazer à tona a crítica a essa situação, em nossa pesquisa vamos fazer uso da análise do discurso (PÊCHEUX, 1997; 2001; 2002; ORLANDI, 2015; MAINGUENEAU, 2013) como uma escolha metodológica relevante para mostrar a órbita dos discursos circundantes em relação aos trabalhadores que são pessoas com deficiência motora. A esta técnica se juntam outras, que temos utilizado desde 2020 e que aplicamos na fase final da nossa investigação.

Triangulação metodológica para pesquisar PcD motora

A investigação exploratória (GIL, 2008; BONIN, 2008) articulou instrumentos distintos para dar conta da abordagem do objeto de estudo. Assim, os mecanismos iniciais

utilizados foram a aplicação de questionário (THIOLLENT, 1980) com perguntas abertas e a realização de entrevistas (MEDINA, 1986) basilares e aprofundadas (MICHELAT, 1980) com roteiro de questões também no formato aberto – apenas uma delas foi feita presencialmente enquanto as demais, muito em virtude do contexto da Covid-19, ocorreram de maneira remota. Agora, no começo do segundo semestre de 2023, promovemos observação de campo (FERNANDES, 1972; FLICK, 2008; POUPART *et al.*, 2008) específica da atividade de trabalho de uma advogada, que é PcD motora de nascença e atua com acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência em uma organização social de saúde na capital paulista.

A observação de campo, abandonada no começo do estudo, só se tornou viável devido à estabilização dos efeitos da pandemia do novo coronavírus com a vacinação maciça da população. Cumpre apontar que fizemos registro de imagens da profissional, acompanhando-a desde a saída de sua residência até o ambiente laboral e também na volta do seu turno de trabalho. Com isso, pudemos conferir melhor como é o seu dia a dia. Usamos também caderno de anotações para marcar apontamentos do que conferimos na ocasião. A partir de uma análise primária desses materiais, organizamos entrevista aprofundada presencial com ela.

Cumpre esclarecer que a coleta do material de pesquisa aconteceu em três fases. Na primeira, em 2020, estabelecemos 17 contatos com agências de recrutamento de profissionais, ONGs, entidades que atuam em defesa de PcD, poder público e órgãos de classe. Desse total, 4 aceitaram participar do estudo: 1 agência de recrutamento de profissionais, 1 órgão de classe e 2 entidades em defesa de PcD. As demais 13 não deram retorno algum à interlocução realizada por nós.

Na segunda etapa, promovida entre 2021 e 2022, procuramos o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Cláudio Mascarenhas Brandão, que à época estava finalizando tese, na Universidade Autônoma de Lisboa, sobre o sistema de cotas de emprego das PcD no Brasil e em Portugal.

Mantivemos também contato com 7 grandes corporações brasileiras privadas que têm pessoas com deficiência em seu quadro funcional e que propagam as chamadas boas práticas de sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa, mais comumente conhecidas pela sigla em inglês ESG (Environmental, Social and Governance). O saldo foi que duas delas participaram efetivamente de nossa investigação: uma da área de telecomunicação e a outra do ramo da construção civil. Realizamos ainda

três pré-testes remotos com trabalhadores que são PcD motora como forma de avaliar a pertinência do roteiro de perguntas da entrevista a ser promovida com esse público.

Considerações finais

Para a etapa derradeira da pesquisa, deixamos a verificação de dados mais atualizados sobre PcD e PcD motora no país, representados pelas informações do Censo 2022 e da versão mais recente da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).¹¹ Da mesma tivemos acesso a levantamentos inéditos formulados pelo ministro Cláudio Mascarenhas Brandão para a tese¹² defendida no primeiro semestre de 2023, em que são apresentadas estatísticas voltadas às pessoas com deficiência obtidas junto ao TST, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

Além da observação de campo já comentada, terminamos outra entrevista aprofundada com um trabalhador que se tornou PcD a partir de 2005, em decorrência de um acidente de trânsito, o que trouxe impactos em seu cotidiano de trabalho. Atuando em organizações privadas e do terceiro setor após o ocorrido, hoje ele é um profissional autônomo que realiza seu serviço de maneira remota.

Estamos também efetuando as últimas interpretações das respostas dadas aos questionários aplicados e às entrevistas concedidas, tudo com base na análise do discurso que mencionamos anteriormente, para identificarmos as relações de comunicação que se processam no mundo do trabalho pela linguagem *como, no e sobre o* trabalho (NOUROUDINE, 2002).

Para alcançar tais nuances, usamos os princípios da ergologia (SCHWARTZ, 2004; 2014), que nos revela como o trabalho, ainda mais das PcD motora, comporta aspectos pessoal, criador, inédito e transformador do mundo, o que é fundamental para se compreender a atividade de trabalho desenvolvida por esses trabalhadores.

Acreditamos assim, praticamente na reta final da pesquisa, ser possível se pensar a imbricação da comunicação e do mundo do trabalho como um importante elemento que seja capaz de colaborar na busca de condições que propiciem uma efetiva e aguardada

¹¹ Cadastro administrativo de âmbito nacional, com periodicidade anual e declaração obrigatória a todos os estabelecimentos dos setores público e privado, mesmo para aqueles que não tenham registrado vínculos empregatícios no período. Mais informações em <http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>.

¹² A pesquisa foi transformada na obra **A “reforma trabalhista” e o sistema de cotas de emprego das pessoas com deficiência** – Análise comparativa dos impactos no Brasil e em Portugal à luz da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.

melhoria das condições de acessibilidade e de inclusão social no que diz respeito às pessoas com deficiência motora. Essa será a nossa contribuição para contrapor o ideário neoliberal, catapultado pelo empreendedorismo, de maneira a fortalecer os elos de cidadania, ainda tão necessários aos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** — Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2009.
- BONIN, J. A. *Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação*. **Revista Famecos**, v. 37, p. 121-127, 2008.
- BOSI, E. *A opinião e o estereótipo*. **Revista Contexto**, n. 2, mar. 1997.
- BRANDÃO, C. M. **Direitos humanos das pessoas com deficiência** – História no Brasil e em Portugal. Brasília: Editora Venturoli, 2023.
- _____. **A “reforma trabalhista” e o sistema de cotas de emprego das pessoas com deficiência** – Análise comparativa dos impactos no Brasil e em Portugal à luz da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília: Editora Venturoli, 2023.
- BRÖCKLING, U. **El self emprendedor**: sociología de una forma de subjetivación. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- CAVALCANTE, F. G. **Pessoas muito especiais**: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- DANTAS, D. *Diseño centrado en el sujeto*: una visión holística del diseño rumbo a la responsabilidad social. **Cuardenos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación**. ed. 49. Buenos Aires: Universidade de Palermo, 2014.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo** — Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, C. *Subjetividade, trabalho e ação*. **Revista Produção**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.
- EHRENBERG, A. **O culto da performance** — Da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FÍGARO, R. **Comunicação e trabalho** — Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: Anita Garibaldi/Fapesp, 2001.

_____. *Atividade de comunicação e de trabalho*. **Revista Trabalho Educação Saúde**, v. 6, n. 1, 2008.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma** – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HEGEL, G. W. F. **O sistema de vida ética**. Lisboa: Edições 70, 1991.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

KINOSHITA, J. *A importância da triangulação teórica na construção da identidade das pessoas com deficiência motora em suas relações de comunicação no mundo do trabalho*. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 4 a 9 out. 2021, Pernambuco (virtual). **Anais** [...]. Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, p. 1-14. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-cc/jamir-kinoshita.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LIPPMANN, W. *Estereótipos*. In: STEINBERG, C. (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1980.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O capital** – Crítica da economia política. v. I, T. 1, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Cultura, arte e literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac&Naif, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

MEDINA, C. de A. **Entrevista** — O diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.

MICHELAT, G. *Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia*. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

NOUROUDINE, A. *A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho*. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. (orgs.). **Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Edunicamp, 1997.

_____. *A análise de discurso: três épocas*. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso — Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Edunicamp, 2001.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Editora Pontes, 2002.

POUPART, J. M. *et al.* **A pesquisa qualitativa — Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RODRIGUES, A. **Psicologia social para principiantes**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SCHWARTZ, Y. *Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias*. In: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J.; ALVAREZ, D. (orgs.). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. *Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência*. **Letras de Hoje**, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul./set. 2014.

STANDING, G. **O precariado — A nova classe perigosa**. São Paulo: Autêntica, 2013.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

VALE DE ALMEIDA, M. *O corpo na teoria antropológica*. **Revista de Comunicação e Linguagem**, n. 33, p. 49-66, 2004.